



**Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)**

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira

Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P964	<p>Produção científica e experiências exitosas na educação brasileira 1 [recurso eletrônico] / Organizadores Keyla Christina Almeida Portela, Alexandre José Schumacher. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira; v. 1)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-551-8 DOI 10.22533/at.ed.518192008</p> <p>1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Portela, Keyla Christina Almeida. II. Schumacher, Alexandre José. III. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.71</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os e-books intitulados “**Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira**” apresentam 6 volumes baseados em trabalhos e pesquisas multidisciplinares de diversos estudiosos da educação. A produção científica corrobora para o conhecimento produzido e difundido, além de fazer um papel de diálogo entre os pesquisadores e o meio científico.

Estas pesquisas têm como base os estudos multidisciplinares, que apresentam desafios em seu mapeamento, pois envolvem pesquisadores com distintas áreas de atuação. Diante desse cenário, a Atena Editora aglutinou em seis volumes uma grande diversidade acadêmico científica com vistas a uma maior contribuição multidisciplinar.

No primeiro volume encontramos trabalhos relacionados as vivências, práticas pedagógicas, desafios profissionais, formação continuada, bem como propostas de novas técnicas diante do cotidiano dos pesquisadores.

No segundo volume nos deparamos com estudos realizados no âmbito da educação especial, bullying, educação inclusiva e direitos humanos, bem como com políticas educacionais. Neste capítulo, buscou-se apresentar pesquisas que demonstrem aos leitores as experiências e estudos que os pesquisadores desenvolveram sobre os direitos e experiências educacionais.

No terceiro volume temos como temas: as tecnologias e mídias digitais, recursos audiovisuais, formação de jovens e adultos, currículo escolar, avaliação da educação, mudança epistemológica e o pensamento complexo. Neste volume, é perceptível o envolvimento dos pesquisadores em mostrar as diferenças de se ensinar por meio da tecnologia, e, também, com visão não reducionista, ou seja, o ensinar recorrendo a uma rede de ações, interações e incertezas enfrentando a diversidade humana e cultural.

No quarto volume, encontra-se diferentes perspectivas e problematização em relação as políticas públicas, projetos educativos, projetos de investigação, o repensar da prática docente e o processo de ensino aprendizagem. Os artigos aqui reunidos exploram questões sobre a educação básica abordando elementos da formação na contemporaneidade.

No quinto volume, apresenta-se pesquisas baseadas em reflexões, métodos específicos, conceitos e novas técnicas educacionais visando demonstrar aos leitores contribuições para a formação dos professores e as rupturas paradigmáticas resultante das experiências dos autores.

Para finalizar, o sexto volume, traz relatos de experiências e análises de grupos específicos visando demonstrar aos leitores vários estudos realizados em diversas áreas do conhecimento, sendo que cada um representa as experiências dos autores diante de contextos cotidianos das práticas educacionais sob diferentes prospecções.

À todos os pesquisadores participantes, fica nossos agradecimentos pela

contribuição dos novos conhecimentos. E esperamos que estes e-books sirvam de leitura para promover novos questionamentos no núcleo central das organizações educacionais em prol de uma educação de qualidade.

Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ATUAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ALTERNATIVO NA ESCOLARIZAÇÃO DOS ESTUDANTES ENAWENE NAWE, JUÍNA, MATO GROSSO	
Cleyde Nunes Pereira de Carvalho Léia Teixeira Lacerda	
DOI 10.22533/at.ed.5181920081	
CAPÍTULO 2	13
A ATUAÇÃO DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA (EBTTs) NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ CAMPUS PALMAS	
Melania Dalla Costa	
DOI 10.22533/at.ed.5181920082	
CAPÍTULO 3	26
A DIALÉTICA ENTRE CRIAÇÃO ARQUITETÔNICA E DESENHO PARAMÉTRICO: EXPERIÊNCIAS DIDÁTICAS	
Thiago Henrique Omena Arthur Hunold Lara Ana Judite Galbiatti Limongi França	
DOI 10.22533/at.ed.5181920083	
CAPÍTULO 4	37
A DIVERSIDADE SEXUAL NO LIVRO DIDÁTICO DE CIÊNCIAS	
Gabriela Marinho Sponchiado Juliana Cerutti Ottonelli	
DOI 10.22533/at.ed.5181920084	
CAPÍTULO 5	49
A HISTÓRIA DA CIÊNCIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE BIOLOGIA DO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE DO CONTEÚDO DE EVOLUÇÃO COMO TEMÁTICA INVESTIGATIVA	
Malena Marília Martins Gatinho Kézia Ribeiro Gonzaga Frederico Passini Silva Vanessa Oliveira Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.5181920085	
CAPÍTULO 6	62
A VISÃO DOS ALUNOS DO 2º ANO DO ENSINO MÉDIO DO NORTE DE MATO GROSSO SOBRE AS AULAS PRÁTICAS DE QUÍMICA	
Lucas Freza Bohrer Karina Janaina Jung Oalas Aparecido Moraes dos Santos Sílvia Cândida de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.5181920086	
CAPÍTULO 7	67
ALGUNS ASPECTOS NA BELÉM DE BELLE ÉPOQUE. LÁTEX E BELLE ÉPOQUE: UM CASAMENTO PERFEITO	
Antonia Eriane Silva Costa	
DOI 10.22533/at.ed.5181920087	

CAPÍTULO 8	71
ALICE MILLER E A PEDAGOGIA NEGRA	
Roseli Zanon Brasil	
Romualdo Dias	
DOI 10.22533/at.ed.5181920088	
CAPÍTULO 9	78
ALTERIDADES MBYA-GUARANI NO FACEBOOK – VIVÊNCIAS DE UMA PESQUISA	
Fátima Rosane Silveira Souza	
DOI 10.22533/at.ed.5181920089	
CAPÍTULO 10	90
ANIME COMO PROPOSTA PARA O ENSINO DE BIOLOGIA: UMA ANÁLISE DO ANIME HATARAKU SAIBOU	
Amanda Jéssica Silva Santos	
Érica Oliveira de Lima	
Victor Hugo de Oliveira Henrique	
DOI 10.22533/at.ed.51819200810	
CAPÍTULO 11	98
ARTE, UMA POSSIBILIDADE DE CONTEXTUALIZAÇÃO DE CONCEITOS POR MEIO DA CRIATIVIDADE E IMAGINAÇÃO	
Sofia Maia Oliveira	
Vanessa Fernanda Lopes Lucas Soares	
DOI 10.22533/at.ed.51819200811	
CAPÍTULO 12	114
AULA PRÁTICA SOBRE DILUIÇÃO DO PERMANGANATO DE POTÁSSIO COMO UMA FERRAMENTA METODOLÓGICA DE APRENDIZAGEM	
Lucas Freza Bohrer	
Karina Janaina Jung	
Oalas Aparecido Morais dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.51819200812	
CAPÍTULO 13	122
CANTINHO DA LEITURA: CONSTRUINDO A COMPETÊNCIA DE LEITURA E ESCRITA	
Diolina Alves dos Santos	
Célia Maria Alves	
Dorcas Faria de Oliveira	
Eleandra Negri Costa	
Maria do Socorro Gomes de Assis	
Raquel Pereira do Nascimento	
Vânia Horner de Almeida	
Voila Roberta Pereira Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.51819200813	

CAPÍTULO 14	130
DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	
Maria Helena Ferrari Allan Vinícius Jacobi Érica Jaqueline Pizapio Teixeira Luciano Duarte Souza Juliana Negrello Rossarola Thiago Duarte Mielke	
DOI 10.22533/at.ed.51819200814	
CAPÍTULO 15	144
ENSINO DE GEOGRAFIA E AS GEOTECNOLOGIAS	
Luiza Carla da Silva Soares Assis Heibe Santana da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.51819200815	
CAPÍTULO 16	155
ENSINO PRÁTICO E INTEGRADO DE ELETRÔNICA E PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES EMPREGANDO O MICROCONTROLADOR ARDUINO	
Carlos Yujiro Shigue Alexandre de Moraes Ricardi Eduarda Wiltiner Reis Santana Danilo Bellintani Vinicius de Souza Meirelles Sandra Giacomini Schneider	
DOI 10.22533/at.ed.51819200816	
CAPÍTULO 17	167
ESCOLA SARÃ: O TEMPO DA ESCOLA E OS TEMPOS DA VIDA	
Jucilene Oliveira de Moura Ozerina Victor de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.51819200817	
CAPÍTULO 18	181
“ESCOLA SEM PARTIDO”: REFLETINDO SOBRE UMA (IM)POSSÍVEL IMPLEMENTAÇÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO	
Rômulo Menegas	
DOI 10.22533/at.ed.51819200818	
CAPÍTULO 19	193
ESCOLAS MILITARES: ENFÂSE AO COLÉGIO POLICIAL MILITAR FELICIANO NUNES PIRES	
Paulo Ramos dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.51819200819	
CAPÍTULO 20	202
ESGRAVA ESPERANÇA GARCIA: UMA PROPOSTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA À APLICABILIDADE DA LEI 10.639/2003	
Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa Rosemar Eurico Coeng	
DOI 10.22533/at.ed.51819200820	

CAPÍTULO 21	216
ESTUDO DA RESISTÊNCIA À TRAÇÃO DE MISTURAS ASFÁLTICAS MORNAS MODIFICADAS COM ÓLEO VEGETAL	
Paulo Roberto Barreto Torres Wesley Rodrigues Menezes Eduardo Antônio Guimarães Tenório Jefferson Honório Gomes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.51819200821	
CAPÍTULO 22	225
FORMAÇÃO CONTINUADA EM MATEMÁTICA PARA PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE BOM RETIRO DO SUL/RS	
Malcus Cassiano Kuhn	
DOI 10.22533/at.ed.51819200822	
CAPÍTULO 23	242
GÊNEROS TEXTUAIS COMO RECURSO DIDÁTICO NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA NA ESCOLA ESTADUAL QUILOMBOLA JOSÉ MARIANO BENTO	
Marcia Rezende de Sousa Madalena Santana de Sales	
DOI 10.22533/at.ed.51819200823	
CAPÍTULO 24	251
GERENCIALISMO ESTATAL E A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO EM GOIÁS	
Maria Augusta Peixoto Mundim Luelí Nogueira Duarte e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.51819200824	
CAPÍTULO 25	267
HISTÓRIA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA: AS FONTES HISTÓRICAS E O FAZER PEDAGÓGICO EM SALA DE AULA	
Francisca Neta Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.51819200825	
CAPÍTULO 26	280
IMPrensa e Educação: O Decreto nº 31 de 29 de Janeiro de 1890 para a Instrução Pública do Estado do Paraná	
André de Souza Santos Gizeli Fermino Coelho Maria Cristina Gomes Machado	
DOI 10.22533/at.ed.51819200826	
CAPÍTULO 27	292
Investigação da Eficácia da Ludicidade como Ferramenta Pedagógica para Ensino de Biologia Celular	
Bruna Menezes de Oliveira Michelly Rodrigues Pereira da Silva Amanda Karla Santiago Araújo Welton Aaron de Almeida Julianne Cybelly Santos Silva Emmanuel Viana Pontual Suzane Bezerra de França	
DOI 10.22533/at.ed.51819200827	

CAPÍTULO 28	301
JUVENTUDE E EDUCAÇÃO: POSSÍVEIS CAMINHOS DA (DES)CONEXÃO	
Ivanês Zappaz	
DOI 10.22533/at.ed.51819200828	
CAPÍTULO 29	311
JUVENTUDES EM TRÂNSITOS: DIVERSIDADE DE GÊNEROS - EXPERIÊNCIAS E NARRATIVAS NO CONTEXTO ESCOLAR	
Pollyanna Rezende Campos	
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti	
DOI 10.22533/at.ed.51819200829	
CAPÍTULO 30	322
MÉTODO DE REDUÇÃO AO MESMO COEFICIENTE NA RESOLUÇÃO DE SISTEMAS DE EQUAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU: UM ESTUDO NA PROPOSTA DE JOSÉ ADELINO SERRASQUEIRO NO TRATADO DE ÁLGEBRA ELEMENTAR (1878)	
Enoque da Silva Reis	
Luiz Carlos Pais	
DOI 10.22533/at.ed.51819200830	
SOBRE OS ORGANIZADORES	333
ÍNDICE REMISSIVO	334

“ESCOLA SEM PARTIDO”: REFLETINDO SOBRE UMA (IM)POSSÍVEL IMPLEMENTAÇÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Rômulo Menegas

(Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul)

RESUMO: Este artigo se propõe a problematizar e analisar os aspectos da (im)possível implementação do Programa “Escola sem Partido” no sistema de educação do Brasil, a partir de medidas autoritárias e controladoras contra o trabalho docente. O presente estudo, de cunho bibliográfico e documental, faz uma análise crítica-reflexiva sobre o contexto atual conservador e de algumas das políticas públicas educacionais, almejando desconstruir seus discursos e conscientizar a sociedade. O assunto abordado aqui é de suma relevância para a classe docente, que atualmente sofre com a maximização da desvalorização profissional e se vê na eminência de uma possível aprovação desta ideia.

PALAVRAS-CHAVE: Escola sem Partido, Políticas Públicas. Controle. Trabalho Docente.

“SCHOOL WITH NO PARTY”: REFLECTING ON (IM)POSSIBLE IMPLEMENTATION IN THE BRAZILIAN EDUCATIONAL CONTEXT.

ABSTRACT: This article proposes to

problematize and analyze the aspects of (im) possible implementation of the “School with no Party” Program in the education system, based on authoritarian and controlling measures against the teaching work. This study, based on bibliographical and documentary, makes a critical-reflexive analysis on the current conservative context and some of the public educational policies, aiming to deconstruct their discourses and make society aware. The subject addressed here is of great relevance to the teaching class, which currently suffers from the maximization of professional devaluation and is it seen in the eminence of a possible approval of this idea.

KEYWORDS: School with no Party. Public Policies. Control. Teaching Work.

1 | INTRODUÇÃO

Este texto, em partes, faz parte da dissertação de Mestrado do autor, intitulada “Programa Escola sem Partido: tentativa de controle da ação dos professores”, defendida em 2018 na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Erechim/RS. O artigo original deste, foi publicado em Anais do X simpósio nacional de educação; IV colóquio internacional de políticas educacionais e formação de professores; II encontro de redes

de pesquisa em educação da URI, campus Frederico Westphalen, em 2018.

Aqui, propõe-se a problematização e análise dos aspectos da (im)possível implementação do Programa Escola sem Partido no sistema de educação do Brasil. Este programa tenta se instituir a partir de medidas políticas, legislativas e autoritárias contra o trabalho docente e sociedade, vindo a constar em diversos anteprojetos que tramitam nas esferas Nacional, Estaduais e Municipais pelo país. Esta é uma discussão atual e relevante no ambiente educacional, devido as suas consequências absurdas e inapropriados às funções do professor.

A temática surgiu pela indagação sobre a atual conjuntura política que o Brasil encontra-se, pela necessidade de esclarecer os conteúdos e consequências do Programa Escola sem Partido aos demais professores, à sociedade em geral, por objetivar fortalecer suas discussões no campo acadêmico e científico, por este estar, em formato de Projeto de Lei, na eminência de aprovação em alguns lugares (Estados, Municípios e Congresso Nacional), pela situação em que o país se coloca e por ser um tema polêmico que fere com a identidade docente.

O presente estudo, de cunho bibliográfico e documental, busca fazer uma análise crítica-reflexiva sobre o contexto das políticas públicas educacionais relacionadas ao Programa Escola sem Partido, dentre elas a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Base Nacional Comum Curricular e a Medida Provisória do Ensino Médio, bem como sobre sua possível implementação no cenário brasileiro. Almeja-se desconstruir seus discursos e procurar conscientizar as pessoas e o sistema, a tornar o Projeto de Lei, impossível de ser implementado, demonstrando como isso afetará a educação como um todo e, mais especificamente, o trabalho docente.

O artigo está ancorado em teóricos e em documentos que discutem a perspectiva educacional e suas implicações estão voltadas à temática em evidência. Pode-se compreender e vislumbrar ao longo deste, a contextualização do momento em que vivemos, o aprofundamento e entendimento sobre o Programa Escola sem Partido, algumas demandas políticas que se relacionam ao assunto e também, as tentativas de controle do trabalho docente.

2 | CONTEXTUALIZAÇÃO DO MOMENTO EM QUE VIVEMOS

É com Gaudêncio Frigotto que iniciamos falando sobre esse contexto capitalista que nosso país se põe, frente a uma colonização avassaladora e escravocrata, que como consequência, produziu uma sociedade burguesa, injusta, violenta e desigual, que “sempre foi antinação, antipovo, antidireito universal à escola pública. Uma burguesia sempre associada de forma subordinada aos centros hegemônicos do capital” (2017, p. 20).

Não bastasse tudo o que nos assola em termos educacionais desde o processo

de colonização, passamos pelo liberalismo, e a partir da década de 80 somos induzidos a pensar numa lógica neoliberal, sistema onde “a liberdade deve ser continuamente produzida e exercitada sob a forma de competição”, ou seja, o governo potencializa a competição para que todos os indivíduos possam fazer parte do jogo econômico (SARAIVA; VEIGA-NETO, 2009, p. 189). Os mesmos autores, afirmam que nessa lógica competitiva e neoliberal da sociedade contemporânea, a liberdade também transforma-se em um objeto de consumo influenciada pelo consumismo, inovação e concorrência.

A sociedade de consumidores no mundo capitalista, vive em uma cultura da instantaneidade, a produção gera produtos descartáveis e o futuro torna-se imprevisível (SARAIVA; VEIGA-NETO, 2009). Arrisca-se dizer, que a educação também passa, nas entrelinhas, a ser apenas um contingente descartável, os professores passam a ser descartáveis por um governo dominante. Com esse pensamento a educação não gera conhecimento a longo prazo, somente a curto prazo, essa instantaneidade evapora junto com qualquer tentativa de a classe dominada reagir e sair da alienação miserável.

As instituições escolares ficam à mercê da competição, porque através dela, concorrem para terem o melhor índice de escolarização, a melhor pontuação nas avaliações externas, a melhor imagem, o maior número de verbas, enfim, esquecendo de ampliar a qualidade de seus atores, a qualidade de seus professores e alunos como sujeitos, deles superarem o pensamento capitalista, voraz, competitivo e hegemônico.

Seguindo este pensamento, Saraiva e Veiga-Neto (2009) dizem que é necessário repensar o trabalho docente devido a sua crescente desprofissionalização, flexibilização, sua desqualificação, marginalização social e salarial, seu esvaziamento político e enfraquecimento sindical.

Segundo Tardif e Lessard (2012), a educação começa a ser encarada como um instrumento de emancipação coletiva somente a partir do século XVIII, onde os professores começam a ter a função de instruir o povo e formar cidadãos através do conhecimento. E os mesmos autores dizem também que:

Nos séculos XIX e XX é o poder público que retomará por conta própria esse discurso investindo massivamente no campo educativo e tratando os professores como um corpo do Estado destinado a prestar serviços à nação. Mais uma vez, a obediência revela-se a chave-mestra do trabalho docente, embora ele mude de sentido: já não basta obedecer a regras cegas, mecânicas, mas trata-se de compreendê-las e interiorizá-las como cidadãos responsáveis. Desde então, os professores são considerados agentes sociais investidos de uma multidão de missões, variáveis segundo as ideologias e os contextos políticos e econômicos vigentes (p. 36, 2012).

Se varia conforme o contexto, com o que nos está posto hoje perversamente, o professor continuará se tornando apenas um reproduzidor do conhecimento estruturado pelo poder e executor de tarefas técnicas, sem autonomia, com menos resistência

de classe, acomodado e sem postura.

Os professores só serão reconhecidos como sujeitos do conhecimento quando lhes concedermos, dentro do sistema escolar e dos estabelecimentos, o status de verdadeiros atores, e não o de simples técnicos ou de executores das reformas da educação concebidas como base numa lógica burocrática “top and down”. Pessoalmente, não vejo como posso ser um sujeito do conhecimento se não sou, ao mesmo tempo, o ator da minha própria ação e o autor do meu próprio discurso. A desvalorização dos saberes dos professores pelas autoridades educacionais, escolares e universitárias não é um problema epistemológico ou cognitivo, mas político. (TARDIF, p. 243, 2012).

Esse mundo de incertezas, face à obediência e alienação, subordinação aos poderes maiores e ao tecnicismo implica na mudança da função docente. A ideologia da neutralidade e o papel de instrução por parte dos professores, segundo Frigotto (2017), privatiza o pensamento e serve apenas à classe detentora do capital, com o objetivo de manter seus privilégios e impede a luta pelos direitos elementares.

Libâneo (2012), ressalta que devido a pensar somente a educação em modelos capitalistas, servindo a lógica de mercado, impõem-se os baixos salários, demonstrando que os professores requerem apenas necessidades mínimas de conhecimento e aprendizagem para ministrarem suas aulas, e que podem sobreviver apenas com os livros didáticos, tornando o ensino tecnicista.

3 | O PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO

Associa-se a tudo isso visto anteriormente, a criação de um Projeto de Lei (PL) que tramita por aprovação em alguns Estados e Municípios do Brasil – inclusive no Congresso Nacional.

O Escola sem Partido é um movimento de um grupo de pessoas que diz representar pais e estudantes. Este movimento elaborou o Programa Escola sem Partido, que é um conjunto de medidas previsto num anteprojeto de lei, que em nível nacional possui a intenção de inseri-lo nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Este movimento surgiu em 2004, através do procurador da Justiça de São Paulo e ex-assessor no STF (Supremo Tribunal Federal), Miguel Nagib, como reação da instrumentalização do ensino para fins político-ideológicos, partidários e eleitorais.

Em 2014 o grupo criou uma associação civil com o objetivo de acompanhar a defesa legislativa da proposta, ganhando força quando o Deputado Flávio Bolsonaro procurou Miguel Nagib, para que escrevesse um projeto de lei baseado em suas ideias, e foi aí que nasceu o PL nº 2974/2014, apresentado na Assembleia Legislativa Estadual do Rio de Janeiro. Rapidamente, o vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro (irmão de Flávio), propõe o PL nº 867/2014 na Assembleia Legislativa Municipal, com conteúdo praticamente igual ao PL nº 2974/2014.

A partir daí, projetos similares foram apresentados à várias casas legislativas Brasil à fora, nas esferas municipais, estaduais e federal.

Este movimento possui algumas estratégias para difundir suas propostas, que encontram-se principalmente em sites, blogs e redes sociais. Os sites que mais se destacam são: www.escolasempartido.org e www.programaescolasempartido.org, ambos detalham ações a favor de suas ideias, explicam as consequências e motivos da implantação e incentivam políticos a aderirem o anteprojeto de lei e encaminharem as suas casas legislativas. Estes sites, coletam denúncias de pais e estudantes que sintam-se lesados moral e ideologicamente por professores no ambiente educacional.

Em nível nacional, o Senador e Pastor Magno Malta do PR (Partido da República) apresentou o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 193/2016 e o Deputado Izalci Lucas Ferreira do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), autor do Projeto de Lei nº 867/2015 na Câmara dos Deputados. No estado de Alagoas, o Deputado Ronaldo Medeiros do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) instituiu o programa.

Pelo menos 11 Estados brasileiros já receberam projetos legislativos referente ao Escola sem Partido, um deles é o Estado do Rio Grande do Sul que possui o PL nº 190/2015 (ILHA, 2016).

Em várias cidades brasileiras tramitam projetos similares, porém, o único município que o programa já virou realidade é Santa Cruz do Monte Castelo, situado no Estado do Paraná. O projeto foi aprovado em 2014 pela câmara municipal e implementado em 2016. O Projeto de Lei Complementar nº 0002/2014, sob autoria do Vereador Armando Meira Garcia (PMDB), foi aprovado por unanimidade pelos vereadores deste município. Portanto, percebe-se que o perfil político dessas autorias está ligado aos partidos de direita, com laços e afinidades às instituições religiosas.

O Escola sem Partido, segundo Penna (2017), foi denunciado à Organização das Nações Unidas (ONU) pelo Instituto de Desenvolvimento de Direitos Humanos como ameaça aos direitos humanos. O mesmo autor, acredita que este projeto de lei impacta sobre a ética profissional do professor, quando não o inclui em nenhum momento nos debates, seja na tramitação ou em forma de audiências públicas, tornando-se ilegítimo sobre seu ponto de vista.

Uma das afrontas contra a escola democrática é o “Programa Escola Sem Partido”, no qual defende que os professores não são educadores, não leva em conta a realidade e os valores dos alunos, afirma que os professores doutrina ideologicamente os alunos, ou seja, destrói totalmente o sentido pedagógico da educação, e chega a dizer que não existe liberdade de expressão no exercício docente (PENNA, 2016).

O Programa Escola sem Partido assume um contingente conservador, evita o pensamento crítico, quer uma escola neutra, proíbe funções e tira a autonomia do professor, não discutindo cidadania e traz outros vários absurdos em seu conteúdo, incluindo a questão de gênero e religião.

Frigotto nos faz pensar sobre isso, dizendo que:

O Escola sem Partido expressa o epílogo de um processo que quer estatuir uma lei que define o que é ciência e conhecimentos válidos, e que os professores só podem seguir a cartilha das conclusões e interpretações da ciência oficial, uma ciência supostamente não neutra. Para isso, manipula até mesmo o sentido liberal de política, induzindo a ideia de que a escola no Brasil estaria comandada por um partido político e seus profissionais e os alunos seres idiotas manipulados (2017, p. 29).

4 | OUTRAS DEMANDAS DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS ASSOCIADAS AO “ESCOLA SEM PARTIDO”

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 é claro ao abordar: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Já o artigo 206 estabelece: pluralismo de ideias e concepções pedagógicas e liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

Ou seja, o PL interpreta e distorce equivocadamente a nossa constituição. Portanto, queremos destacar algumas questões cruciais relacionando o Escola sem Partido com a CF: como ficaria a liberdade de ensinar, a figura e as funções do professor, o sentido pedagógico da educação, o preparo para o exercício de cidadania, o diálogo com a realidade do aluno e a discussão de valores dos mesmos a partir deste Projeto de Lei em relação à Constituição Federal?

Como princípios e fins da Educação Nacional, no art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) também encontramos que a “Educação, dever da Família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade, prepara para o exercício da cidadania”, que é novamente citado no art. 22. No art. 3º a liberdade de ensinar e o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas é enfático, bem como as incumbências dos docentes no art. 13. O art. 26 fala sobre o currículo e trata sobre a questão de respeitar as características regionais e locais e da obrigatoriedade de contemplação nos currículos escolares, a realidade social e política (BRASIL, 1996).

No momento histórico em que vivemos, há uma demanda de políticas públicas autoritárias de maior controle do trabalho do professor. Assim, temos, o que diz respeito às decisões do governo que incidem no ambiente escolar, envolvendo questões como matriz curricular, gestão escolar, valorização profissional, formação docente, etc. e ressalta-se, que nesse contexto, as políticas educacionais acompanharam o desenvolvimento do capitalismo resguardando um caráter reprodutivo (OLIVEIRA, 2010). Sobre esse caráter, destaca-se algumas dessas políticas que iremos compreender, como a Base Nacional Comum Curricular, a Medida Provisória do Ensino Médio, além do próprio Programa Escola sem Partido, que é estudado no decorrer do texto.

Partimos do princípio de compreender a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como integradora da Política Nacional de Educação Básica e como

os conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e que são gerados nas instituições do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas de exercício de cidadania; nos movimentos sociais (Parecer CNE/CEB nº 07/2010, p. 31).

A BNCC apresenta “Direitos e Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento” para orientar os currículos nas etapas educacionais. E como o próprio documento aborda, “A Base Nacional Comum Curricular é uma exigência colocada para o sistema educacional brasileiro”. Ela tem caráter normativo e é referência para as escolas elaborarem seus currículos (BRASIL, 2016).

O documento, através do Ministério da Educação (MEC), diz que é para nortear um projeto de nação com formação humana integral e social (BRASIL, 2016). Será mesmo possível constituir um avanço na construção da qualidade educacional sem sequer os professores terem autonomia para elaborar conteúdos conforme a realidade regional e local de cada contexto escolar onde estão situados?

O MEC aponta a BNCC como construída em caráter participativo (BRASIL, 2016), mas entende-se esta “construção” como algo induzido e imposto no próprio processo de participação. Não ficando clara a possibilidade de alteração de itens do documento ou de sugerir algo diferente daquilo apresentado pelo Governo, sendo sua análise difícil e cansativa numa perspectiva de leitura e discussão inicial, às vezes não se sabia nem por onde começar esta análise. E outra, será mesmo que todas as sugestões feitas nessa “construção coletiva” foram acatadas? Em que condições? Como saber? Ou seja, a autonomia dos professores para elaborar os currículos e conteúdos não se sabe até que ponto existem ou existiram.

Não bastasse isso, a elaboração do documento de base comum teve início com um comitê de assessores e especialistas. Mas quem foram esses assessores e especialistas? São pessoas que conhecem a realidade escolar, o contexto educacional brasileiro de todas as regiões? Ou seja, não fica clara a autonomia docente em questão. É apenas mais uma demanda política que vem para controlar a ação dos professores.

O documento traz ainda: “Para que sejam garantidos os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, o trabalho educativo não pode estar restrito às práticas de cada professor, mas deve ser parte de um planejamento mais amplo” (BRASIL, 2016). Impressão, ou estão desmerecendo as práticas e a competência dos professores? Não são capazes de planejar e articular direitos de aprendizagem dos alunos, conforme suas realidades? Não conseguem promover o desenvolvimento? Ou serem capazes de pesquisar e investigar? Tem que alguém, ou algo, dizer como fazer? Os professores não estudaram e não se prepararam à toa, na sua extrema maioria são capacitados e competentes. Enxergamos sim os professores como intelectuais, e

eles constroem sim o pensamento crítico dos estudantes. Principalmente sem essas demandas políticas, que vem somente para amordaçar, como tentativa de fazer com que não sejam capazes de articular o conhecimento com as outras políticas democráticas. Essas demandas anti-democráticas descontroem a identidade docente cada vez mais.

No obscuro contexto em que nos deparamos atualmente, coloca-se em pauta mais uma afronta à autonomia do trabalho dos professores, a Medida Provisória do Ensino Médio em caráter fragmentado, não coletivo e não participativo em sua essência de (re)construção. E mais do que isso, esta medida é uma afronta à Constituição Federal de 1988 e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ao nosso ver. O seu texto inicial descreve também que será alterado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (MP nº 746/2016).

O ponto maior que queremos nos ater nesta questionada Medida Provisória é no âmbito em que fere a autonomia docente, tentando retirar do currículo do Ensino Médio componentes curriculares importantes para desenvolver a criticidade do estudante. Outro ponto a ser debatido aqui é sobre a contratação de profissionais com “notório saber”, ou seja, não precisa nem ser mais competente na área pedagógica, não precisa ter diploma específico, basta demonstrar um conhecimento mínimo a respeito de algum conteúdo para poder ministrá-lo (BRASIL, 2016).

A obrigatoriedade apenas das disciplinas de Português e Matemática, coloca à tona o caráter mercadológico desta medida e a alienação social. Sabendo apenas escrever e calcular razoavelmente os estudantes estarão “preparados” para o mercado de trabalho, e apenas para isso. A sua dignidade de vida enquanto cidadão pensante, social, crítico e autônomo inexistente nessas condições impostas pelo atual Governo.

5 | TENTATIVA DE CONROLE DO TRABALHO DOCENTE

O Programa Escola sem Partido assume um contingente conservador dominante, evita o pensamento crítico, quer uma escola neutra, proíbe funções e tira a autonomia do professor e não discute cidadania (PL nº 867/2015). Demonstrando formas de opressões, de relações de poder, alienação e tentativa de controlar as ações dos professores.

Segundo Frigotto (2016), percebe-se um processo crescente de desmanche da constituição brasileira e da desqualificação da educação pública, onde o mundo privado vem desclassificando o trabalho docente e os professores são concebidos como meros transmissores de conhecimentos, definidos por bancos, associações e institutos empresariais da sociedade burguesa, decretando assim, a “idiotização dos professores e alunos”.

Nossa identidade profissional entra em crise se não coincidir as verdades científicas curriculares com as verdades do real social e se continuar a ser manipulada por totalitarismos políticos conservadores – querem que sejamos meros aulistas, transmissores mecânicos de conhecimento e que os trabalhadores da educação sejam alvo de controle, destruição e desconstrução do conhecimento como espaço político (ARROYO, 2013). O retrocesso é tão grande, que nos preocupa muito pensar que talvez em um futuro próximo os professores tenham que perder a criatividade e a autonomia, que tanto o identifica, compõe e caracteriza sua importância social enquanto educadores.

O controle do trabalho do professor se dá também pelo movimento do Escola sem partido querendo que ele seja neutro em sala de aula e que não eduque os alunos para a vida ética e social. Conforme Paulo (2013), a questão da neutralidade não cabe ao professor senão ele ficaria permanentemente sob dominação, ele deve contradizer as falácias caso contrário se manterá a reprodução.

O absurdo desse autoritarismo é tanto, que segundo este PL (nº 867/15), deverá ser afixado cartazes nas salas de aula contendo as proibições a respeito do exercício das funções dos professores, onde diz: o professor “não se aproveitará da audiência cativa dos alunos”, “não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão das suas convicções ideológicas e políticas”, entre outras. E ainda, terão limites éticos e jurídicos da atividade docente, podendo responder civil, penal ou administrativamente, correndo o risco até de perder o direito de exercer sua profissão ou até ir para a cadeia.

Caso algum professor não cumpra esses deveres, as secretarias de educação contarão com um canal de comunicação para receber reclamações e encaminharão as mesmas para o Ministério Público, ficando sujeito a punições sobre qualquer fala ou ato que realizará em sala de aula. Estando à mercê de uma vigilância constante, impedindo de os professores exercerem a autonomia no próprio ambiente de trabalho e instalando um clima de vigilância e dedodurismo por parte do governo autoritário, reprimindo os cidadãos.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível constatar no decorrer do artigo, o processo autoritário que contém o Programa Escola sem partido, ligado conseqüentemente à autonomia dos professores neste cenário, que deixará de existir. O assunto abordado aqui é de suma relevância para a classe docente, que atualmente sofre com a maximização da desvalorização profissional e se vê na eminência de uma possível aprovação desta ideia no âmbito educacional nacional.

O trabalho se constituiu, talvez, por mais perguntas e indagações do que respostas ou conclusões, devido à tirania, afronta e desilusões das próprias demandas políticas que se colocam no contexto atual em que nos encontramos,

tornando este cenário imprevisível e duvidoso.

O trabalho alienado do docente pode descaracterizar a prática educativa escolar. Logo, a realização de práticas sociais que superem a alienação depende de uma busca conflituosa e constante na nossa sociedade. Assim, as práticas sociais que superem em algum grau a alienação, incluindo o trabalho docente, não dependem apenas das condições subjetivas, dependem também das circunstâncias ou condições efetivas de trabalho que fazem a mediação desta busca de relações, mais conscientes (BASSO 1998).

Esta alienação que os meios políticos conservadores querem impor, faz com que se extermine com a capacidade do professor de dar significado social à educação. É um massacre à identidade educadora, quando querem que somente repassa-se de forma instrutiva os conteúdos aos alunos em caráter reprodutor e quando querem a neutralidade da escola.

O retrocesso é tão grande perante o foco de estudo deste texto, que nos preocupa muito pensar que talvez em um futuro próximo os professores tenham que perder a criatividade e a autoria docente, que tanto o identifica, compõe e caracteriza sua importância social enquanto educadores e quanto projeto de sociedade.

A discussão tratada aqui, permitiu examinar de alguma maneira como as políticas autoritárias procuram influenciar e controlar o trabalho docente, deslegitimando a sua função. Que esta reflexão possibilite a superação da ideologia dominante que querem impor e fica a certeza, que se lutará para que os professores sejam de fato, sujeitos emancipados e transformadores.

NOTAS

A proposta sobre o “Escola sem Partido” tramita na Câmara dos Deputados com o PL nº 246/2019 (última atualização, parecida com a original – PL 867/2015). Recentemente, a proposta PLS nº 193/2016 foi arquivada, sendo retirada do Senado Federal pelo próprio autor, o Senador Magno Malta.

Ressalta-se que a aprovação ocorrida no Estado de Alagoas foi barrada pela Advocacia Geral da União (AGU), que alegou inconstitucionalidade. A ONU encaminhou uma carta em resposta ao governo brasileiro sobre a questão tratada aqui, encarando a situação como uma afronta aos direitos humanos da sociedade e dos professores.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BASSO, I. S. **Significado e sentido do trabalho docente**. Cad. CEDES vol. 19 n. 44 Campinas Apr: 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000100003>. Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília. 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCCpublicacao.pdf>>. Acesso em: 20 Dez. 2016.

_____. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado Nº 193, de 2016**. Brasília. Disponível em: <www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=192259&tp=1>. Acesso em: 23 Abr. 2016.

_____. **Medida Provisória do Ensino Médio Nº 746, de 22 de Setembro de 2016**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=758BA13FF9C08B77226AC07F0EE2E530.proposicoesWebExterno2?codteor=1494234&filename=MPV+746/2016>. Acesso em: 30 Nov. 2016.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Nº 867**. Brasília. 2015. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf>>. Acesso em: 15 Set. 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 Out. 2016.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 09 Nov. 2016.

FRIGOTTO, G. “Escola sem partido”: imposição da mordada aos educadores. **Revista Espaço Acadêmico**, ISSN 1519-6186 – Ano XVI. Disponível em: <<https://espacoacademico.wordpress.com/2016/06/29/escola-sem-partido-imposicao-da-mordaca-aos-educadores>>. Acesso em: 12 Out. 2016.

_____. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

ILHA, F. Escola Sem Partido X Escola Sem Mordada. **Jornal Extra Classe**. Educação sem Mordada. Ano 21, nº 209, Nov. 2016, p. 08-10.

LIBÂNIO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. In: **Educação e pesquisa**. SP, v. 38, n. 1, 2012, p. 13-28.

OLIVEIRA, A. F. de. **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva dialética**. 2010. Disponível em: <<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>>. Acesso em: 02 Nov. 2016.

PAULO, I. A dimensão técnica da prática docente. In: CANDAU, V.M. (org.). **Rumo a uma nova didática**. 23. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PENNA, F. de A. **Em defesa da liberdade de expressão em sala de aula**. 2016. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Em-defesa-da-liberdade-de-expressao-em-sala-de-aula/4/36394>>. Acesso em: 12 Out. 2016.

_____. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, G. (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

SARAIVA, Karla; VEIGA-NETO, Alfredo. **Modernidade Líquida, capitalismo cognitivo e educação contemporânea**. Educação e Realidade. 34 (2), maio/ago 2009, 187-201.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Organizadores do Programa Escola sem Partido. <<http://www.escolasempartido.org/>>.

Organizadores do Programa Escola sem Partido. <<http://www.programaescolasempartido.org/>>.

<<https://www.cartacapital.com.br/>>.

<<http://educacaointegral.org.br/>>

SOBRE OS ORGANIZADORES

KEYLA CHRISTINA ALMEIDA PORTELA - Secretária Executiva formada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Licenciada em Língua Inglesa e Espanhola pelo Centro Universitário de Varzea Grande – UNIVAG. Especialista em Linguística Aplicada pela Unioeste, Especialista em Gestão de Processos e qualidade pela Uninter, Especialista em Recursos Humanos pela Uninter, Especialista em Gestão de projetos pela Uninter, Especialista em Gestão e Docência em Ead pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Especialista em Didática do Ensino Superior pela Unipan, Especialista em Formação de professores pela UTFPR. Especialista em MBS – Master Business Secretaries pela Uninter. Mestre em Educação pela Universidade de Lisboa e Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCSP). Desenvolve trabalhos nas áreas de educação, ensino e gestão. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: keylaportela@bol.com.br

ALEXANDRE JOSÉ SCHUMACHER – Secretário Executivo formado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE; Bacharel em Administração de Empresas com Habilitação Administração Hospitalar; Tecnólogo em Comércio Exterior; Doutor com menção internacional em Economia e Direção de Empresas; Tese resultante do processo de doutoramento foi premiado internacionalmente no prêmio “Adalberto Viesca Sada” pela Universidade de Monterrey no México no ano de 2015; possui Mestrado em Administração de Empresas; Especializações Lato Sensu em: Comércio Exterior para Empresas de Pequeno Porte; Docência no Ensino Superior; Administração e Marketing; MBA em Planejamento e Gestão Estratégica; MBA em Administração e Gerência de Cidades; Gestão Escolar; Administração em Agronegócios.. Já atuou como consultor em grupos empresariais em setores específicos; realiza palestras em conferências em temas específicos relacionados a sua área de formação e de desenvolvimento de pesquisas. É Pesquisador de temáticas relacionadas com as empresas familiares e suas dinâmicas. É Practitioner em PNL e Hipnose Moderna. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: alexandre.jose.schumacher@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alteridade 80, 85

Animes 90, 96

Arduino 155, 156, 157, 158, 159, 160, 164, 165

Arte 98, 99, 100, 101, 112, 113, 140, 159, 162, 236

Aulas práticas 62, 66

C

Computação Física 155, 164, 165

Conhecimento 62, 96, 132, 134, 137, 240, 320

D

Diversidade sexual 37

E

Economia de Belém 67

Educação STEAM 155

Elementos geométricos 98

Ensino-aprendizagem 13

Ensino de História 267, 278

Ensino de imunologia 90

Ensino Profissional e Tecnológico 13

Escolarização 1

Escola sem Partido 181, 182, 184, 185, 186, 188, 190, 191, 192, 264

Escravidão no Brasil 202

Escrita 122, 123, 202

Escrita epistolar 202

F

Formação de Professor 13

Fotografia 267, 269, 279

G

Gêneros textuais 242, 243, 250

Gerencialismo 251

H

História da Ciência 49, 50, 51, 56, 57, 59, 60

I

Imaginação e criatividade 98

Indígena 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 11

L

Leitura 122, 123, 128, 129, 141, 242

Livro didático 37

M

Maus Tratos 71

P

Patrimônio 267, 278, 279

Políticas Públicas 181

Pós-Estruturalismo 37

Produção de texto 242

Programação 155

Psicanálise 71, 75, 76

R

Reflexão 114, 143

T

Trabalho Docente 181

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-551-8

